

5. Conclusão

Seja na antiguidade bíblica, seja na Idade Média dominada pelo catolicismo, a instituição escravocrata era legitimada pela gramática social de diferentes tempos e sociedades. Não por acaso, as principais potências mundiais de todos os tempos, de Roma aos EUA, já praticaram, de uma forma ou de outra, o escravismo.

Como analisado, os pensadores de diferentes tempos e regiões, de Platão a Locke, defendiam o escravagismo. Por mais que alguns criticassem a instituição, os expoentes dos pensadores de outros tempos percebiam a necessidade da hierarquia baseada no escravismo como meio de manutenção da ordem social. Por isso, com base nos autores clássicos estudados, a instituição era considerada necessária. O fundamento era o seguinte: se mesmo os deuses na Grécia e em Roma, e os anjos no judaísmo e no cristianismo, tinham patamares hierárquicos diferentes, por que na terra seria diferente? Vale lembrar que a Bíblia contém código de conduta para os proprietários e os escravos. Além disso, na Grécia antiga e no Brasil, por exemplo, o trabalho braçal era observado com desprezo, com sentimento de repulsa, o que favorecia a utilização de pessoas hierarquicamente inferiores na pirâmide social para os trabalhos repugnados pela elite.

O Brasil herdou a instituição escravocrata dos europeus e dos africanos. Embora tenha havido peculiaridades no regime escravocrata brasileiro, o escravismo não pode ser reputado como traço distintivo do Brasil em comparação a outras sociedades. O que se deve fazer é analisar o escravagismo brasileiro como herança de outros povos, cabendo precisar as nuances do cenário brasileiro.

“O Brasil é criação dos brasileiros” e não dos portugueses (Boxer, 1967, p. 9). Tanto a cultura quanto a sociedade foram moldadas pela influência das três “raças” que foram o alicerce de criação da sociedade brasileira. Mesmo assim, as relações entre as diferentes culturas e povos foram sempre assimétricas – característica basilar de qualquer sociedade escravista. Por vezes, o Brasil foi destacado como “o inferno para os negros, o purgatório para os brancos e o paraíso para os mulatos”, como bem salientou o padre Antonil (DaMatta, 2000b).

Na prática, porém, a miscigenação, vista por teóricos europeus do século XIX como a maior mazela da sociedade brasileira, contribuiu para integrar a sociedade. Integração esta que deve ser entendida pela ótica da hierarquia social, que não pode consistir apenas em hierarquia de poder. Pelo contrário, a hierarquia consistiu no elemento capaz de trazer a relativa paz entre as “raças três”, o elemento que possibilitou a visão de muitos da elite nacional de que o desenvolvimento nacional passaria pela miscigenação. Esta possibilitaria o branqueamento da população, o que livraria a sociedade nacional do estigma da cor.

A hierarquia social e a miscigenação foram as duas principais heranças do “Brasil escravocrata”, as chaves para a compreensão do Brasil que veio com a abolição e a proclamação da República. Deve-se considerar a hierarquia, no entanto, herança das instituições escravocratas pretéritas, importante característica das relações sociais em boa parte do mundo antigo. Já a miscigenação, embora tenha existido em outras sociedades, recebeu contornos especiais na formação do Brasil.

O Brasil foi o único país de que se tem notícia que vislumbrou o desenvolvimento nacional por meio do clareamento da população. Não poderia ser, portanto, diferente o surgimento do mulato como “válvula de escape”, como gradação intermediária entre o branco e o negro. Assim, a miscigenação, que era vista na Europa como um mal, aqui ganhou a peculiaridade de ser aliada natural do desenvolvimento da sociedade brasileira. Nem mesmo nas colônias espanholas na América, a miscigenação contribuiu para a caracterização dos povos que ali emergiram (Freyre, 2002; Boxer, 1967). Lembre-se de que os *mestizos* das colônias espanholas não tinham a facilidade do mestiço brasileiro de ascender na hierarquia social, seja pelo dinheiro, seja pela educação.

Hierarquia e Miscigenação andaram de mãos dadas na formação do povo brasileiro, visto por muitos como o mestiço. Muitos indivíduos de cor buscavam miscigenar-se com pessoas brancas para que os filhos tivessem a pele mais clara, e, assim, pudessem ser considerados brancos, ou seja, hierarquicamente superiores. A lógica da hierarquia transcendia, como já analisado, a miscigenação. Como Nogueira (1985) e DaMatta (2000a) afirmam, o dinheiro, o poder, as relações sociais e a educação são mecanismos de ascensão das pessoas de cor para

galgar degrau maior na escala social. Não é à toa que no Brasil se diz que “o dinheiro embranquece a pessoa”.

No pensamento de Dumont (1997), todavia, a passagem da sociedade escravocrata hierarquizada para a “República igualitária” transferiu a ênfase da discriminação para a cor dos indivíduos. Antes, todos sabiam seu lugar na sociedade brasileira, apesar de haver mobilidade social e, conseqüentemente, hierárquica. Com o aprofundamento do ideal igualitário, a lógica inverteu-se, dando lugar à busca utópica de um mesmo patamar hierárquico para todos. Por conseguinte, os indivíduos da base da pirâmide social passaram a não reconhecer “seu lugar no galho”. Assim, os indivíduos mais privilegiados na escala social enfatizaram a diferenciação de cor para manter os indivíduos hierarquicamente inferiores no “lugar certo”. Embora a lei mantenha os indivíduos em mesmo patamar hierárquico, o código social brasileiro estipula a diferenciação hierárquica dos brasileiros. Daí a famosa frase “desiguais, mas juntos” (DaMatta, 2000b).

A sociedade brasileira não se reduz, contudo, a uma simples dialética entre senhores e escravos, favores e leis, igualitarismo e hierarquia, mas a um sistema em que a relação entre elementos é crítica. Está-se diante de um sistema social fundado na relação, no elo, no intermediário (como o mulato) que promove a dinâmica social,

criando zonas de conversação entre posições polares rigorosamente exclusivas de um ângulo prático ou individualista. Desta posição, talvez fosse possível revelar que seria somente numa sociedade profunda e convictamente escravista que o liberalismo poderia se erguer como uma ideologia do ‘radical chique’ e até mesmo como modelo político ideal (DaMatta, 1997, p. 103).

DaMatta (1997) retoma Louis Dumont (1997) ao afirmar que as posições sociais estão relacionadas por uma lógica complementar. O englobador pode ser o escravismo – no caso da casa-grande, quando se falava dos escravos como gente relacionada aos senhores por simpatia e lealdade – ou o liberalismo impessoal fundado nas leis e fundado na *agora* (praça pública): no mundo da rua, onde as leis valem para todos, onde todos são “uma pessoa como qualquer outra”. A dialética do englobador e do englobado ensina um fato crucial: a relação é um dado estrutural básico da realidade social brasileira.

Parece curioso que uma sociedade hierárquica e com passado escravista institua algo como o “favor”, que requer equivalente moral entre as pessoas,

exigindo delas a reciprocidade. “Se o sistema assume a desigualdade e os benefícios estão orientados para mantê-lo, o favor estabelece um meio de relacionar pessoas sem extinguir ou ameaçar sua descontinuidade social, mas, ao contrário, reforçando-a” (DaMatta, 1997, p. 105). Como escreve Roberto Schwarz (1982), o favor é a mediação quase universal brasileira. O favor pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, remuneração e serviços pessoais.

Em sistema como o brasileiro - no qual o valor fundamental é relacionar, juntar, conciliar, incluir, mas nunca excluir - sintetizar modelos e posições parece constituir aspecto importante da ideologia brasileira dominante. No Brasil, junção e hierarquia andam de mãos dadas, incorporadas na fórmula “diferentes, mas juntos”. Aqui, o sujeito não é o indivíduo, mas também a relação, o ponto de ligação (DaMatta, 1997).

Não por acaso, o Brasil é o país das festividades, já que estas são mecanismos de relacionamento, um meio de elo entre diversos domínios sociais. Assim, festas como o Carnaval e as festividades esportivas possibilitam a reunião de domínios sociais, realizando experiência substancial de vivência da totalidade. Da mesma forma, são igualmente básicas a busca por ideologias inclusivas como o positivismo, o racismo e o marxismo, já que a retotalização do sistema é algo obsessivo na dinâmica social brasileira. A totalização pelas festividades e pela ideologia parece ser função clara de uma sociedade dividida em muitos domínios e éticas (DaMatta, 1997).

Duas dessas éticas são a hierarquia e o individualismo. Dois elementos que aparentemente são antagônicos, mas convivem no Brasil em relativa harmonia. A sociedade escravocrata e hierárquica deu lugar à sociedade baseada no liberalismo. Este foi implantado aqui como modelo pronto vindo dos EUA e da Europa. Por isso, Roberto Schwarz (1982) escreve que havia no país “idéias fora do lugar”. Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais. Como foi possível, no entanto, conciliar o liberalismo igualitário e a hierarquia?

Dumont (1997) tem a resposta ao atestar que o racismo foi pedra angular da coexistência do liberalismo e da hierarquia. Em uma sociedade patriarcalista e patrimonialista, fortemente hierarquizada, esta não tinha meios de ser colocada a termo de uma hora para outra. Mesmo o igualitarismo liberal não foi capaz de suprimir a hierarquia. Assim, o racismo configurou-se como uma perversão da

hierarquia (Dumont 1997; Myrdal, 1972). A pergunta de Myrdal (1972), de como encaixar o negro marginalizado na sociedade igualitária, é elucidativa para o caso brasileiro. Com o amálgama de liberalismo e hierarquia, vários sistemas sociais surgiram paralelamente na sociedade brasileira. A ambigüidade passou a ser um valor que passava a impressão de que não há racismo. Desde de que “cada macaco ficasse no seu galho” não haveria problemas entre os diversos grupos sociais.

O racismo só apareceria, todavia, quando alguém hierarquicamente inferior buscasse tornar-se efetivamente igual socialmente a outro. Este tentaria, então, mostrar sua posição superior na hierarquia social, como ilustra a fórmula “sabe com quem você está falando?” (DaMatta, 2000b) . As leis foram inócuas para nivelar os cidadãos, haja vista que letras e papéis podem pretender a regulação da sociedade, mas nem sempre conseguem sobrepor-se aos códigos sociais. O racismo, por exemplo, é insistentemente repudiado e proibido por leis que, muitas vezes, ficam na retórica e pouco ajudam no combate às discriminações, seja de negros, seja de judeus, seja de homossexuais.

Como as leis escritas não mudam sempre em consonância com as leis sociais, a sociedade igualitária brasileira não passa de ficção. Ficção forjada para “encobrir” a hierarquia social, herança dos tempos da escravidão. Essa ficção, no entanto, deve ser considerada como uma pretensão e nunca como algo que poderá ser atingido. Embora desejável, a igualdade de todos representa a velha utopia defendida por muitos teóricos ao longo da História. Da teoria para a realidade existe, entretanto, uma abissal distância que muitos resistem a perceber.